**DISPUTAS IDEOLÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DE APLICATIVOS EM CIDADES MÉDIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MOTORISTAS DE APLICATIVOS NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (RS).**

**Dinâmicas Socioeconômicas Regionais**

**RESUMO**

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que analisou a expansão do trabalho vinculado a plataformas digitais em cidades médias do Rio Grande do Sul. Ocupa-se com o processo de formação dos trabalhadores de aplicativos em cidades médias, perguntando-se sobre as concepções políticas e ideológicas que orientam suas práticas coletivas de defesa de seus interesses. Considerando as mobilizações de motoristas de aplicativos na cidade de Santa Cruz do Sul, investiga-se como são significadas, pelos trabalhadores, as lutas pelo reconhecimento de suas atividades e em defesa de direitos e dignidade no trabalho. A análise de mobilizações coletivas ocorridas entre 2020 e 2023 permitem indicar que concepções políticas e ideológicas assentadas na ideologia do empreendedorismo orientam as práticas coletivas em favor do reconhecimento, mas também nas relações que os trabalhadores estabelecem com as plataformas digitais com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho.

**ASPECTOS METODOLOGICOS , RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O trabalho vinculado a plataformas digitais expressa uma condição histórica de trabalho na qual os trabalhadores estão submetidos a formas “flexíveis” de inserção/permanência nos mercados de trabalho, mas, também, de atuação nos processos produtivos (ANTUNES, 2020). No caso brasileiro, uma forma de inserção no mercado de trabalho que a partir da Pandemia da COVID-19 se intensificou ainda mais. Em 2020, por exemplo, 11,4 milhões de trabalhadores brasileiros passaram a recorrer a trabalhos por aplicativos para garantir parte ou totalidade de suas rendas, equivalentes a 20% da população adulta do país, ou aproximadamente 32,4 milhões de pessoas (INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2021).

Esses trabalhadores estão inseridos nos mercados de trabalho a partir de novas formas fenomênicas de uso “flexível” da força-de-trabalho. Como indica Ludmila Abílio, o trabalho realizado através de plataformas digitais insere os trabalhadores num contexto de “dataficação do trabalho”, no qual o trabalho de milhares de pessoas é acompanhado de forma minuciosa e em tempo real pelos supervisores das empresas, através da mediação do aplicativo (ABÍLIO, 2019). Nessa direção, inclusive, pode-se argumentar que a aparência de autonomia encobre formas sofisticadas de controle das empresas sobre os trabalhadores, ao ponto de esses serem demitidos a partir de critérios definidos pela inteligência artificial. Mas não é somente isso. Esses trabalhadores têm salários que são definidos pelas tarefas realizas e estão à disposição, “a todo tempo”, “livres para servir”. Além disso, são inteiramente responsabilizados por suas condições do trabalho, sem a garantia de relações contratuais das quais resultem algum tipo de proteção legal no trabalho que realizam. E, algo fundamental, esses trabalhadores estabelecem uma relação direta com os meios de produção (os carros, as motos, os celulares, as bicicletas etc.), ainda que possam não ser os proprietários desses meios; mas não são proprietários do meio de produção mais importante nessa forma de organização da produção: os próprios aplicativos (ABILIO, 2020).

Em que pese já existir uma vasta bibliografia que analisa o surgimento e o crescimento do trabalho realizado em plataformas digitais, bem como as relações de trabalho implicadas, esses estudos ainda estão concentrados nas regiões metropolitanas. Além disso, há ainda lacunas no que diz respeito a análises que se ocupem com as formas de autoidentificação dos trabalhadores de aplicativos, compreendendo como as diferentes categorias de trabalhadores de aplicativos, atuando em diferentes condições socioespaciais, constroem suas consciências enquanto sujeitos coletivos.

E é nessa direção que o presente trabalho analisa, a partir de mobilizações de motoristas de aplicativos na cidade de Santa Cruz do Sul, a dinâmica de formação de uma consciência coletiva, que se constrói nas próprias mobilizações que esses trabalhadores protagonizam, seja para garantir o reconhecimento da atividade profissional no âmbito do espaço municipal, seja para defender seus direitos nas relações que estabelecem com as plataformas digitais. Uma análise que, sob o ponto de vista dos recursos metodológicos utilizados, compreendeu o registro das mobilizações e das motivações políticas para a ação coletiva, dos motoristas de aplicativo, bem como a realização de entrevistas com lideranças dessa categoria de trabalhadores.

Os resultados da investigação indicam que, entre os trabalhadores, principalmente em suas mobilizações pelo reconhecimento da atividade profissional, a ideologia do empreendedorismo orienta política e ideologicamente a ação coletiva. Nessa direção, as mobilizações orientam-se pelo pressuposto que os motoristas são autônomos que precisam de liberdade para atuar, sem restrições colocadas por regras e normatizações comprometidas com “restrições ao direito de trabalhar". Mobilizações essas que, inclusive, se colocam em defesa da própria presença de plataformas digitais na cidade, quando normas municipais não são atendidas por essas. Isso não significa que não há uma consciência das condições de trabalho, impostas pelas plataformas digitais, que expressam relações de dominação e de exploração. Essa consciência, bem como a consciência de trabalhadores que têm a autonomia restringida e controlada pelas plataformas, no entanto, não resulta em motivações para as mobilizações coletivas na cidade, limitando as possibilidades de uma resistência coletiva, de protesto e de reivindicação por direitos laborais que à condição de trabalhador de aplicativos são negados.

**RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMATICA**

A expansão do trabalho de aplicativo nas cidades médias coloca diferentes questões, sob o ponto de vista da análise das dinâmicas regionais de desenvolvimento. Dentre essas, está colocada a dinâmica de formação de classe dos trabalhadores de aplicativos, numa perspectiva de construção de ações coletivas capazes de afirmar os direitos dos trabalhadores nos espaços regionais. Trata-se, portanto, de compreender como os espaços locais e regionais territorializam essas formas contemporâneas de organização capitalista do trabalho, seja através da atuação do poder público municipal, regulamentando as atividades, promovendo políticas públicas, seja através da própria organização dos trabalhadores.

**REFÊRENCIAS.**

BECKER, Dinizar. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: \_\_\_\_\_\_\_; BANDEIRA, Pedro (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p.129-150.

ABÍLIO, Ludmila et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição Especial – Dossiê Covid-19, p. 1-21, jun/2020. Disponível em: <http://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74/37>

ABÍLIO, Ludmila C.; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_\_\_ (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARTUR, K.; CARDOSO, A.C.M. O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des) regular os direitos. **Revista Tomo**, n. 37, p. 349-390, jul/dez 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/13043>.

ASSIS, A.; COSTA, J; OLIVEIRA, M. O Direito do trabalho (des)conectado nas plataformas digitais. **Revista Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 4, p. 246-266, 2019.

MANZANO, M; KREIN, A. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. CESIT, 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativo-no-brasil/>.

ZIPPERER, A. **A intermediação de trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: LTr, 2019.